

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Divulgação/Sec. Administ. Penitenciária de São Paulo



Daniel Vorcaro, ex-banqueiro, está preso

Tamanho do escândalo do Banco Master dificulta acordo

O que mais assusta o pessoal envolvido na confusão relacionada ao Banco Master é que o tamanho do escândalo: as relações perigosas e amplas de Daniel Vorcaro complicam uma saída na linha do “grande acordo nacional” preconizado, em 2016, pelo ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado.

Em conversa com o então senador Romero Jucá, Machado sugeriu que tal acordo se desse a partir do impeachment da presidente Dilma Rousseff e da consequente ascensão de Michel Temer, o vice, ao Planalto.

Jucá concordou e completou que o entedimento que seria capaz de conter a Lava Jato seria “com o Supremo, com tudo”. Ele virou ministro de Temer: caiu depois da divulgação da gravação.

Suprema delação

O problema é que, agora, há suspeitas de envolvimento de, pelo menos, dois ministros do Supremo e de políticos ligados a diferentes partidos políticos — no caso destes, cada lado tentou jogar a bomba no colo alheio, o que deu publicidade aos fatos e dificulta um recuo.

A alta probabilidade de Vorcaro fazer uma delação também complica o cenário e dificulta um acordo para que o caso seja silenciado — ainda mais em ano eleitoral.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Alexandre de Moraes com Paulo Gonet

A vez do PGR

Há no Congresso o temor de que nem mesmo o eventual corporativismo de outros ministros do STF seja capaz de segurar uma avalanche de denúncias e evidências.

Isto obrigaria o procurador-geral da República, Paulo Gonet, a tomar atitudes contra integrantes da suprema corte brasileira.

A percepção é de que, se sobrar até pro STF, ninguém será poupado. É como se a frase “Com o Supremo, com tudo”, que previa impunidade generalizada, tenha adquirido o sentido contrário do original.

Festa e ressaca

O Planalto comemorou a condenação de três políticos do PL — dois deputados e um ex — por desvio de verbas de emendas parlamentares.

Mas, ao mesmo tempo, teme que ofensiva do STF contra deputados e senadores que privatizaram esse tipo de recurso aumente ainda mais o mau humor do Congresso com o governo.

Messias

A desmobilização do Congresso a ser gerada pelas campanhas eleitorais no segundo semestre deverá contribuir para que temas mais polêmicos não sejam votados. O maior problema do governo é conseguir aprovar o nome de Jorge Messias, advogado-geral da União, para o STF.

Bola pro mato

Há o risco de derrubada do veto de Lula ao projeto que beneficia condenados por golpismo, mas isso depende de convocação de sessão do Congresso, o que tem sido evitado por Davi Alcolumbre (União-AP). O presidente do Congresso teme que a abertura da sessão gere a instalação da CPMI do Master.

Dani no PL

Tem gente no PL espantada com a anunciada filiação ao partido da deputada Dani Cunha, hoje no União Brasil. Ela é filha de Eduardo Cunha, que comandou o impeachment de Dilma Rousseff e foi preso por corrupção e lavagem de dinheiro. Mas os pragmáticos do PL dizem que vale tudo contra Lula e o PT.

Presentão

A entrada de Dani no partido de Jair Bolsonaro coincide com a determinação do governo de passar a bater em Flávio, primogênito do ex-presidente e por ele indicado a disputar a Presidência. Para petistas, a aliança com a família Cunha afeta ainda mais o discurso contra corrupção sustentado por muitos bolsonaristas.

Foco na Meta

O Instituto Defesa Coletiva ingressou com uma ação no Tribunal de Justiça de Minas Gerais contra a Meta, dona do Facebook e do Instagram. Pede pagamento de R\$ 1,5 bilhão por danos morais coletivos e sociais e o estabelecimento de critérios para o funcionamento de redes sociais.

Conivência

A entidade alega que a Meta utiliza dados pessoais dos usuários de suas redes para fazer uma segmentação publicitária — ou seja, escolher que anúncios apresentar para cada usuário. Afirmar também que a empresa é tolerante com quem anuncia promoções falsas e produtos inexistentes. Ou seja, tolera fraudes.



Lei Felca cria mecanismo de proteção às crianças nas redes

ECA Digital entrou em vigor. Veja o que diz a lei

Proteção às crianças na internet começou a valer nesta terça

A Lei do Estatuto Digital da Criança e do Adolescente (ECA Digital) nº 15.211/2025, começou a valer no Brasil nesta terça-feira (17).

A legislação é voltada à proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital, como redes sociais, jogos eletrônicos, serviços de vídeo e lojas virtuais de produtos e serviços voltados a este público ou que podem ser acessados por ele.

Sancionada em setembro do ano passado, a nova legislação não substitui o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, mas estabelece diretrizes mais rigorosas sobre os direitos do público infanto-juvenil, para garantir que a proteção prevista no mundo físico ocorra também no digital.

Pesquisadoras de entidades ligadas ao direito da infância qualificaram a nova lei como “histórica” e de “vanguarda” para o país.

A especialista em proteção digital de crianças e adolescentes Águeda Barreto, que atua na coordenação da organização não governamental (ONG) ChildFund Brasil, considera que o país saiu na frente ao aprovar uma lei para subsidiar políticas públicas que preveem integração entre setores.

Águeda cita iniciativas para proteger a infância de outros países, como a Austrália, que proibiu o uso de redes sociais por menores de 16 anos.

“Nós acompanhamos que esse é um movimento global, mas essa lei brasileira aprovada é bem ampla”.

Lei Felca

A aprovação do ECA Digital ocorreu após o influenciador Felipe Bressanim Pereira, conhecido como Felca, publicar um vídeo, em agosto do ano passado, no qual denunciou perfis em redes sociais que usavam crianças e adolescentes para promover a sexualização de menores de 18 anos.

O vídeo de uma hora de duração alerta para os riscos de expor conteúdos impróprios para o público infanto-juvenil nas redes sociais e como os influenciadores lucravam com isso. Informalmente, o ECA Digital tem sido chamado também de Lei Felca.

A Lei 15.211/2025 proíbe a monetização ou impulsionamento de qualquer conteúdo que retrate menores de forma sexualizada ou com linguagem adulta.

Maria Mello é gerente do eixo digital do Instituto Alana e explica que desde a publicação do vídeo de Felca, a discussão sobre adultização gerou consenso e mobilizou autoridades, políticos, especialistas, famílias e sociedade civil em torno do tema.

Daniella Almeida e Luiz Claudio Ferreira (Agência Brasil)